



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Centrais defendem o fortalecimento da negociação coletiva e participação sindical

### NOTA DAS CENTRAIS SOBRE MP 1108/2022

As Centrais Sindicais reunidas, no dia 28 de julho de 2022, defendem o fortalecimento da negociação coletiva e a participação sindical nas negociações dos diversos assuntos relativos aos direitos dos trabalhadores.

Assim, no que tange ao que está contido na Medida Provisória nº 1.108 de 2022, as Centrais Sindicais entendem que o valor e as formas de pagamento do auxílio-alimentação previsto na Consolidação das Leis do Trabalho que tem como objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, bem como o que se refere as formas e condições referentes ao teletrabalho devem ser objeto de negociação coletiva.

O fortalecimento da negociação coletiva é o melhor caminho para o avanço e democratização da relação capital e trabalho, assim sendo toda e qualquer alteração no regramento dos direitos trabalhistas precisam garantir a participação das entidades sindicais representativas.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 29 de julho.

## TST debate desafios da prevenção de acidentes de trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou na quarta-feira (27) um evento virtual para marcar o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Foram discutidos nos painéis de debate temas como os desafios da prevenção, gerenciamento de risco e a vigilância em saúde dos trabalhadores.

Segundo a ministra Delaíde Miranda, coordenadora do programa, apesar da redução de acidentes em alguns setores da economia, o país registrou 22,9 mil mortes no mercado formal de trabalho no período entre 2012 e 2021.

Outros números apresentados mostram que, em 2021, foram comunicados 571,8 mil acidentes de trabalho e 2.487 óbitos, aumento de 30% em relação ao ano anterior. Os dados foram extraídos do observatório de segurança do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Para o presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, houve avanços na legislação ao longo de 50 anos após a publicação das primeiras portarias que instituíram o Plano Nacional de Valorização do Trabalhador e tornou obrigatórios os serviços de medicina e segurança do trabalho nas empresas.

O evento foi promovido pelo Programa Trabalho Seguro, que há dez anos promove ações para diminuir o número de acidentes e mortes de trabalhadores no país.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 29 de julho.

## Falsa clínica de reabilitação submete dependentes químicos a trabalho escravo, diz Procuradoria

Segundo o coordenador da ação, Humberto Monteiro Camasmie, as vítimas eram recrutadas em outros municípios, em bairros de periferia e no período noturno. Representantes da suposta comunidade terapêutica prometeriam emprego e reabilitação a pessoas em situação de rua, sem vínculos familiares e em situação de vulnerabilidade psicossocial, em razão do abuso de álcool e drogas.

Ainda segundo a Procuradoria, havia promessa de pagamento a quem cumprisse metas que dificilmente eram alcançadas, motivo de agressões e ameaças. A suposta clínica também não teria supervisão médica, psicológica, corpo de enfermagem ou plano terapêutico.

Segundo Camasmie, que é auditor-fiscal do trabalho, José Augusto Santos Neto se apresentou como o responsável pela Clínica Missionária Renascer durante a inspeção. Procurado, o advogado Carlos Roberto Silva Júnior, do Viana Lima Advogados, não respondeu até a publicação desta reportagem.

Embora Renascer esteja no nome do estabelecimento, a igreja de mesmo nome informou que não está vinculada a nenhum dos envolvidos. Procurada pela Folha, a liderança da Renascer afirma que não tem nenhuma ligação com o local e que suas obras assistenciais estão todas localizadas em São Paulo. A instituição diz que tomará as medidas jurídicas cabíveis para que os acusados parem de usar o nome Renascer.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 29 de julho.

## **Brasil registra criação de 277,9 mil vagas com carteira assinada em junho, e 1,3 milhão no ano**

Em junho, foi registrada a abertura de 277,9 mil vagas de emprego com carteira assinada no Brasil, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (28) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O saldo foi resultado de 1,898 milhão de contratações e 1,621 milhão de desligamentos no mês, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A abertura de vagas formais no mês mostra uma tendência de aquecimento do mercado de trabalho no ano.

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, reforçou a previsão de 1,5 milhão de novas vagas no ano.

No acumulado de janeiro a junho, o saldo no mercado de trabalho formal brasileiro é positivo, com 1,334 milhão de novas vagas.

Segundo Oliveira, o segundo semestre é geralmente marcado pelo aumento na criação de emprego formal, principalmente por causa dos setores de comércio e serviços.

"Podemos ficar otimistas e chegaremos a um número bastante significativo ao final de 2022", disse o ministro, ao anunciar os dados.

Junho, que teve abertura de 277,9 mil vagas, seguiu a tendência de reaquecimento no mercado formal. O resultado é o segundo melhor do ano.

Neste ano, o Caged sofre a influência do fim gradual dos efeitos do programa emergencial de manutenção de emprego. Criada na pandemia, a medida foi considerada fundamental por especialistas para sustentar o mercado de trabalho durante o auge da crise da Covid-19.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 29 de julho.

## **IGP-M sobe menos em julho e vai a 10,08% em 12 meses, diz FGV**

O IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) registrou alta de 0,21% em julho, depois de ter subido 0,59% no mês anterior, informou a FGV (Fundação Getulio Vargas) nesta quinta-feira (28), refletindo queda nos custos de commodities importantes e o efeito de cortes de impostos recentes.

O dado deste mês veio abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters com analistas, de avanço de 0,30%, e levou o índice geral a acumular alta de 10,08% em 12 meses.

Segundo a FGV, o Índice de IPA (Preços ao Produtor Amplo), que responde por 60% do IGP-M e apura a variação dos preços no atacado, desacelerou a alta a 0,21% em julho, de 0,30% em junho.

"Preços de commodities importantes estão cedendo, refletindo os riscos de um cenário macroeconômico pouco animador", explicou o coordenador dos índices de preços, André Braz, destacando a aceleração nas perdas dos preços de minério de ferro (de -0,32% para -11,98%), milho (de -1,21% para -5,00%) e soja (de -0,80% para -2,05%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 29 de julho.

## **FGV: confiança do comércio cai 2,8 pontos em julho ante junho, para 95,1 pontos**

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) caiu 2,8 pontos na passagem de junho para julho, para 95,1 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). A queda ocorre após duas altas seguidas. Em médias móveis trimestrais, o Icom subiu 3,1 pontos, a quinta elevação consecutiva.

O Icom caiu em quatro dos seis segmentos do comércio pesquisados na Sondagem do Comércio. Conforme a FGV, a queda foi puxada tanto pelas avaliações sobre o presente quanto pelas expectativas em relação aos próximos meses. O Índice da Situação Atual (ISA-COM) recuou 2,9 pontos, primeiro resultado negativo desde fevereiro, para 105,6 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE-COM) recuou 2,7 pontos, atingindo 84,8 pontos.

"É possível que as medidas recentes de estímulo adotadas pelo governo ainda sustentem o nível presente da demanda por mais alguns meses. Mas a inflação e juros em patamares elevados e os baixos níveis de confiança do consumidor devem segurar uma retomada mais consistente do setor", diz a nota da FGV.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 29 de julho.